

## **Educação de Jovens e Adultos na Amazônia: uma experiência educativa no Programa Projovem Campo Saberes da Terra**

**Rosenildo da Costa Pereira**  
Mestrando/UEPA  
rosenildocosta@bol.com.br

### **RESUMO**

O presente texto faz referência a uma experiência educativa no Programa Projovem Campo Saberes da Terra, cujo objetivo foi trabalhar com jovens e adultos agricultores do campo do município de Abaetetuba, Estado do Pará, com o intuito de qualificá-los profissionalmente com foco na agricultura familiar. O estudo teve como suporte teórico metodológico a pesquisa documental, de campo e análise bibliográfica. A coleta de dados ocorreu entre os dias sete (7) a onze (11) de Abril de 2014. Conclui-se que o Programa tem possibilitado não somente a qualificação, como também o acesso à escolarização obrigatória e, sobretudo a valorização do modo de vida de cada educando.

**Palavras-chave:** Educação do campo. Jovens e adultos. Projovem Campo.

### **ABSTRACT**

This text refers to an educational experience in the Program Rural Projovem - Knowledge from the Earth, whose goal was to work with young people and adult farmers in the city of Abaetetuba, in the state of Pará, in order to qualify them professionally focusing on family farming. The study adopted desk and field research as well as bibliographic analysis as theoretical-methodological support. Data collection took place from 7<sup>th</sup> to 11th April, 2014. It was concluded that the aforementioned program has enabled young people and adult farmers not only to have access to qualification and compulsory schooling, but has also contributed to increase students' appreciation for their way of life.

**Keywords:** Rural education. Young people and adult farmers. Rural Projovem.

## **INTRODUÇÃO**

A educação de jovens e adultos como política pública de combate ao analfabetismo no Brasil surge como estratégia de inclusão social, de modo que é uma educação pensada levando em consideração o perfil da classe trabalhadora.

Com essa modalidade de educação, o governo tem conseguido escolarizar uma demanda considerável de jovens e adultos, em todos os estados do Brasil. Atrelado à educação de jovens e adultos tem-se os programas sociais, cujo foco é a formação de educandos da EJA no meio rural, o Projovem Campo Saberes da Terra, por exemplo, é uma dessas iniciativas do governo.

Neste sentido, o presente texto é resultado de experiência educativa por mim realizada com jovens e adultos do Programa Projovem Campo Saberes da Terra. Tal prática profissional nos proporcionou a produção deste trabalho, cujo ponto de partida foi à própria práxis docente associada ao contexto social dos educandos, priorizando na formação o conhecimento do cotidiano dos mesmos no que se refere à prática educativa escolar.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Metodologicamente nos apoiamos em referencial bibliográfico, enfatizando teóricos como: Loureiro (2007), Café et al. (2007), Gianfaldoni e Moroz (2002), Silva (2007), que foram, em parte, referenciais teóricos que auxiliaram na construção deste trabalho de pesquisa.

Usou-se da pesquisa documental, centrado na análise da “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB-9394/1996 (BRASIL, 1996)”, “Constituição da República Federativa do Brasil 1988 (BRASIL, 1988)”, “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução nº 1, de 3 de Abril de 2002 (BRASIL, 2002)”, “Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 (BRASIL, 2008a)”, “Lei nº 11.692, de 10 de Junho de 2008 (BRASIL, 2008b)” e o “Projeto Político Pedagógico: Programa Nacional

de Educação de Jovens e Adultos Integrada com qualificação Social e Profissional para Agricultores (as) familiares. Brasília, 2010 (BRASIL, 2010)”.

Fez-se uso também da aplicação de questionário que para Gianfaldoni e Moroz (2002) caracteriza-se como um instrumento de coleta de dados, baseados em perguntas a ser respondidas pelos entrevistados. A pesquisa de campo sucedeu-se com uma amostragem representativa de seis (6) jovens e adultos, envolvendo a participação dos educandos das cinco (5) turmas na pesquisa. Para Pereira (2014, 148) “a pesquisa de campo é embasada no princípio da inter-relação do sujeito pesquisador com os sujeitos pesquisados”.

Nesta minha relação de pesquisador com os sujeitos pesquisados apliquei questionário com jovens e adultos agricultores e ou, familiares da zona rural do município de Abaetetuba, pertencente ao Programa Projovem Campo Saberes da Terra. A faixa etária dos educandos informantes varia de 25 a 40 anos de idade.

As respostas dos questionários foram analisadas e sistematizadas no corpo do texto, sem fazer qualquer alteração no conteúdo das respostas dos entrevistados. Os nomes dos entrevistados aparecerão indicados somente pelas letras iniciais dos nomes e sobrenomes, ou seja, de forma anônima.

A partir dos dados levantados, com o auxílio da aplicação do instrumento questionário, com os seis (6) alunos foi possível coletar informações relevantes necessárias para se dialogar com a pesquisa documental e bibliográfica.

Os dados obtidos por meio da entrevista de campo, com aplicação de questionário possibilitou compreender a importância do Programa na vida dos jovens e adultos educandos, uma vez que, nas falas dos alunos se observa a contribuição da formação educativa oferecida aos sujeitos do meio rural brasileiro, particularmente da Amazônia.

## **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)**

Está declarado no artigo 205 da Constituição Federal Brasileira de 1988 a obrigatoriedade da educação para a população do país, conforme descrita, “A educação,

direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Sendo assim, todos os cidadãos brasileiros têm direito à educação, independentemente, se mora na região do campo ou na cidade. O Estado é obrigado a garantir e ampliar à oferta de vagas na educação básica em todos os níveis e modalidades de ensino aos sujeitos residentes no território brasileiro, inclusive para a população do campo.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB-9394/1996 (BRASIL, 1996) é outro instrumento legal que norteia os rumos da educação, pois nela encontra-se presente uma modalidade de ensino que neste estudo merece destaque especial. Trata-se da educação de jovens e adultos.

O artigo 37, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, deixa claro que “A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria” (BRASIL, 1996). E acrescenta ainda em seu inciso 1º ao determinar que,

os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames (BRASIL, 1988).

A própria LDB reconhece que muitos jovens e adultos não conseguiram concluir o ensino fundamental e médio. Por isso, define a obrigatoriedade dos sistemas de ensino de promoverem condições para que tal demanda seja inclusa na escolarização do país, criando e possibilitando formas de aprendizados diferenciados, cujo objetivo vise satisfazer os interesses dos novos aprendizes.

Além dos direitos educacionais universais garantidos pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e pela LDB de 1996, os jovens e adultos do campo tem direitos educacionais específicos.

Dentre os direitos específicos estão a Resolução nº 2 de 28 de abril de 2008 que estabelece às “diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento

de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo” ao determinar em seu artigo 1º inciso 4º que,

A educação do Campo deverá atender, mediante procedimentos adequados, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos, as populações rurais que não tiveram acesso ou não concluíram seus estudos, no Ensino Fundamental ou no Ensino Médio, em idade própria (BRASIL, 2008a).

Nesta perspectiva a educação do campo se torna obrigatória nas agendas das políticas públicas. São mecanismos que trouxeram um ganho imenso para os sujeitos camponeses, conforme determina às “diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo”, ao passo que os jovens e adultos, particularmente do campo, contam com procedimentos educativos cujo objetivo é adequar a escolarização conforme as necessidades dos educandos.

No que se refere ao contexto educacional é válido ressaltar também o que é mencionado aos jovens e adultos do campo pelas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo em seu artigo 6º, que considera,

O Poder Público, no cumprimento das suas responsabilidades com o atendimento escolar e à luz da diretriz legal do regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, proporcionará Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais, inclusive para aqueles que não o concluíram na idade prevista, cabendo em especial aos estados garantir as condições necessárias para o acesso ao Ensino Médio [...] (BRASIL, 2002).

Diante do exposto, podemos perceber que, hoje os jovens e adultos, mais especificamente do campo tem a seu favor um instrumento legal de garantia de direitos educacionais prescrito e fundamentado em lei. Deste modo, o poder público é obrigado a ofertar à educação básica para todos os interessados que, porventura, venham requerer qualquer uma das três etapas desta escolarização.

## **PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA E OS JOVENS E ADULTOS NA BUSCA DE UMA FORMAÇÃO**

O Programa Projovem Campo Saberes da Terra foi instituído pelo decreto lei nº 11.692 de junho de 2008 que normaliza o ingresso de jovens e adultos no ensino fundamental completo, garantindo todo suporte necessário para o ingresso e permanência no Programa. O artigo 15 do Programa afirma que,

O Projovem Campo - Saberes da Terra atenderá a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, residentes no campo, que saibam ler e escrever, que não tenham concluído o ensino fundamental e que cumpram os requisitos previstos no art. 3º da Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006. (BRASIL, 2008b).

A metodologia empregada é a Pedagogia da Alternância por meio do tempo escola e tempo comunidade, com momentos formativos diversificados. No tempo escola, aprimoram-se com a fundamentação teórica e, no tempo comunidade, desenvolvem as atividades práticas como: pesquisa de campo, bem como a parte técnica que neste caso são orientados por técnicos em Agropecuária.

Como metodologia o programa trabalha com a interdisciplinaridade. Dessa forma, a Secretaria de Educação do município de Abaetetuba contratou 16 profissionais docentes, sendo que 09 são pedagogos, 03 matemáticos, 02 letrados, ambos trabalhando com a interdisciplinaridade e 02 técnicos agropecuários que atuam especificamente no desenvolvimento dos projetos Agroecológicos<sup>1</sup> do tempo comunidade.

Cada docente carrega consigo o compromisso com a identidade camponesa, seja por vivenciar cotidianamente a realidade do campo, seja por estudar a mesma realidade. Quatro dos 16 profissionais docentes tem formação em nível de graduação em educação do campo, no regime da Pedagogia da Alternância (Pedagogia das Águas<sup>2</sup>), com especialização em educação do campo, ambos pela Universidade Federal do Pará

---

<sup>1</sup> São os projetos desenvolvidos no Tempo Comunidade, cujo objetivo é trabalhar com a sustentabilidade, levando os alunos a fazer da agricultura familiar um meio de preservar o meio ambiente e, sobretudo, de produzir alimentos de alto valor nutritivo.

<sup>2</sup> Curso de nível superior financiado pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) para filhos de agricultores familiares Assentados do município de Abaetetuba-Pará.

(UFPA). Os demais, além da graduação, possuem curso de especialização em educação do campo pela UFPA.

Com carga horária de 2400 hs, distribuídas por meio do tempo escola 1800hs e tempo comunidade 600hs. A demanda é de cento e sessenta e seis (166) educandos matriculados no Programa, perfazendo um total de 05 turmas que funcionam aos finais de semana. A duração média do Programa é de 02 anos.

Os eixos básicos do currículo do Programa são:

- a) Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia.
- b) Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo.
- c) Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas.
- d) Economia Solidária.
- e) Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial.

Arelados a esses eixos temáticos estão às áreas do conhecimento que segundo o Projeto Político Pedagógico do Programa (2010, p. 52-53) visa dialogar com: “Linguagem Códigos e suas Tecnologias, Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática e Ciências Agrárias”.

No município de Abaetetuba, os educandos do Projovem são de diferentes localidades, incluindo ilhas, estradas e ramais. São oriundos de comunidades de populações quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, pescadores que buscam no Programa a oportunidade de concluir o ensino fundamental, sem precisar deixar de trabalhar na localidade em que vivem.

São jovens e adultos com dinâmicas sociais diversificadas. Uns com potencialidades para o manejo do açaí, do miriti, da plantação de mandioca e das hortaliças.

Outros utilizam com grande propriedade da pesca artesanal, confecções de brinquedos de miriti, matapi, artesanato de biojoia e de construções de embarcações do tipo rabeta<sup>3</sup>, rabudo<sup>4</sup> e, sobretudo com a criação de pequenos animais.

---

<sup>3</sup> São embarcações utilizadas pelos ribeirinhos da Amazônia. Podendo ser pequena, média e de grande porte.

<sup>4</sup> É uma espécie de pequena embarcação em que é acoplado um pequeno motor na sua parte traseira. É como se fosse um motor de lancha pequena.

É no meio rural onde vivem e fazem suas histórias de vida e de trabalho que esses jovens e adultos desenvolvem o trabalho da agricultura familiar que os constitui enquanto sujeito de práticas culturais. É importante salientar que a agricultura familiar é o alicerce da produção agrícola necessário para o consumo da população do campo como da cidade local.

O Programa surge como forma de vincular trabalho com a educação, principalmente o trabalho da agricultura familiar desenvolvido pelos jovens e adultos do campo. É a educação escolar na busca da valorização do trabalho no campo, pois trabalho e educação num único objetivo resgatar o saber fazer da agricultura familiar camponesa.

O Programa tem representado o alicerce do retorno dos sujeitos do campo no que se refere à escolarização. Tem possibilitado o interesse dos jovens e adultos a uma educação diferenciada, cuja finalidade é problematizar a realidade vivenciada por cada educando partindo do princípio educativo presente no trabalho realizado no próprio seio da agricultura familiar.

Partindo dessa premissa em que o cotidiano do campo se torna o alicerce do aprendizado escolar, bem como a valorização do modo de vida no meio rural, é que os alunos se sentem satisfeitos com o Programa.

O que tem motivado os sujeitos beneficiados do Programa a frequentarem a escola tem sido a forma como enxergam ou encaram o precioso valor da educação, sendo uma educação para a vida. Como é notório no próprio dizer dos educandos,

O que eu busco no programa é muito conhecimento para minha vida por que eu não tive uma oportunidade de aprender como eu estou tendo hoje. (Aluna A. L. A. P).

Eu busco no programa a oportunidade de terminar os meus estudos... e também eu busco mais conhecimento sobre a vida no campo. (Aluna E. S. R).

Em primeiro lugar eu busco no programa saberes da terra um melhor aprendizado coisas que não deu pra mim aprender no meu período escolar que hoje está mais facilitado, minha vida entretanto, vou continuar até o fim. Porque através desse programa eu espero uma meta pra mim é pra todos os colegas. (Aluno M. Q. L).

Eu busco aprender tudo que o passado não me deixou aprender novos conhecimentos coisas novas que eu tenho certeza que o Programa pode me ensinar tudo que eu quero aprender... (Aluno M. J. M. Q).



O discurso dos jovens e adultos que fazem parte do Programa está carregado de entusiasmo, uma vez que o Projovem resgatou o tempo perdido e trouxe a oportunidade de prosseguimento nos estudos. É na verdade a retomada da escolarização e a busca do conhecimento pelos educandos. Conhecimento este trabalhado na perspectiva da educação do campo, priorizando principalmente o saber da agricultura familiar, mostrando sua importância para a sociedade e para a preservação do meio ambiente no espaço do meio rural.

De acordo com Laffin (2012) esse tempo perdido foi ocasionado porque,

O sujeito jovem/adulto, ao ter convivido apenas com uma noção de fracasso na sua relação escolar com o saber, e percebê-lo como uma falta sua, visualiza uma concepção de escola identificada como aquela que o exclui e à qual não atribui significação positiva. Além disso, nessa relação truncada que estabelece com o saber, constrói uma imagem desvalorizada de si, construída na sua relação escolar com o saber valorizado socialmente. Desse modo, essa imagem não está no sujeito em si, mas se constrói na distância em que ele percebe estar em relação a esse saber (LAFFIN, 2012, p. 222)

Nesse sentido, percebe-se que a escola tradicional sempre viveu o processo exclusivo, atribuindo o fracasso escolar aos seus educandos. A falta no aprendizado é exclusivamente dele, levando-os, muitas vezes, ao abandono da escola para se dedicar ao trabalho, como acontece com os alunos jovens e adultos.

Os educandos acabam acreditando que a tarefa de estudar não é uma função destinada a eles, uma vez que quando não conseguem alcançar o que é proposto pela escola tem a imagem de que o futuro deles está no trabalho da agricultura familiar, sobretudo os jovens do meio rural da Amazônia, e não na escola.

Entretanto, novas formas de aprendizados tem possibilitado a inserção desses jovens e adultos ao espaço escolar, com metodologias específicas no sentido de inverter a lógica de ensino escolar fundamentado no modelo tradicionalista. Tal inversão tem conseguido fazer com que professores e alunos dialoguem de forma que o conhecimento de um não anule o do outro, possibilitando principalmente a permanência dos educandos na sala de aula.

É importante frisar que o modelo tradicional de ensino foi suplantado no século XIX pelo movimento renovador, cujo objetivo era lançar propostas educativas de cunho

dominante, ou seja, foram correntes pedagógicas formuladas a partir da Antiguidade, na qual se visava formar o homem em uma perspectiva essencialista. Nas práticas educativas o detentor do conhecimento centrava-se na figura do professor. Considerando que “O educador é o que sabe; os educandos, os que nada sabem” (FREIRE, 2005, 68).

No entanto, os novos métodos de aprendizados têm mudado a lógica do pensamento único, o dominante, propondo um ensino na formação pelo diálogo no qual educador e educando se tornam sujeitos do processo.

Nesse sentido, salienta Laffin (2012, p. 223),

Essa relação dialógica é percebida como uma forma de lidar também com a imagem de desvalorização que os sujeitos têm de si, mediante seu acolhimento para o processo ensino-aprendizagem. Uma intencionalidade e disponibilidade docente de acolhimento do sujeito para o ato de conhecimento proveem condições que podem visualizar outra relação com o saber, modificando o aluno para o ato de aprender.

No entanto, o que se percebe é que a exclusão da educação na realidade do meio rural da Amazônia, segundo relato dos jovens e adultos, é uma denúncia de que a educação escolarizada não atendia a demanda do meio rural e, quando atendia, não passava das séries iniciais do ensino fundamental, como caracteriza Loureiro quando diz que,

O acesso à escola, disponível para uns, mas não para todos, tem um impacto mais forte sobre as camadas pobres da sociedade, aumentando a desigualdade entre aqueles que prosseguem nos estudos, alcançando níveis mais altos de ensino e aqueles que, ficando de fora da escola vão, igualmente, ficando marginalizados da vida social. (LOUREIRO, 2007, p. 23).

Loureiro tem o otimismo de reconhecer que à educação escolarizada na Amazônia destinava-se a um público específico, uma vez que os filhos das classes médias altas tinham mais possibilidade de evoluir escolarmente que os das camadas pobres da sociedade. A situação da disparidade da educação de jovens e adultos na Amazônia tem se tornado ainda mais agravante, como relatado por Café et al. (2007) ao questionar que,

Nos dias de hoje viver a juventude não é nada fácil, visto que o processo de exclusão social tem se agravado no país e esses sujeitos têm sido invisíveis,

sobretudo, para o poder público. Os jovens do campo, e da Amazônia em particular, têm sido historicamente mais invisíveis ainda na esfera política e social, o que tem contribuído para os baixos Índices de Desenvolvimento Juvenil (IDJ) na região. (CAFE et al., 2007, p. 28).

Diante dessa invisibilidade de políticas públicas para a juventude da Amazônia em décadas passadas, os governos do Brasil têm empreendido esforços para atender as demandas dos movimentos sociais do campo quanto à educação escolar. Segundo estudo realizado por Silva (2007, p. 39), “[...] o Estado Nacional parece estar se dando conta de que não é possível desenvolver o campo sem que haja uma mobilização na área educativa capaz de escolarizar os trabalhadores da agricultura e seus filhos”. O Programa Projovem Campo Saberes da Terra foi, por exemplo, uma alternativa criada pelo governo brasileiro para diminuir a desigualdade social no país, de forma particular na Amazônia.

O reconhecimento pelo Programa é tão grande que nos relatos dos entrevistados pode-se perceber que desejam continuar seu processo formativo utilizando a mesma metodologia de aprendizado que lhes estão sendo dadas no ensino fundamental. Tudo isto nos faz imaginar que o Programa tem contribuído com o aprendizado dos educandos e a busca pelo ensino médio, na mesma metodologia, é o que se observa nos enunciados dos discentes ao relatarem que,

Busco me aprender cada vez mais, ter novos conhecimento, concluir o meu estudo... Espero que através do programa eu conclua o ensino Médio que estudo que eu quero alcançar. Por que sei que o Programa só tem me ajudado por isso temos que terminar o ensino Médio assim, todos juntos. (Aluna M. M. C).

mais desenvolvimento nos meus estudos e terminar os meus estudos para que eu possa concluir o ensino fundamental e continuar o ensino médio. (Aluna S. N. P. C)

Deste modo, concluir o ensino fundamental e continuar o ensino médio aos moldes da educação do campo é o desejo dos jovens camponeses abaetetubense, de modo que a formação que estão adquirindo sobre a agricultura familiar, trabalhada por meio da interdisciplinaridade é o que motiva a permanecer estudando e conhecer ainda mais como são importantes para o desenvolvimento do Brasil e do mundo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trata de educação na realidade brasileira, percebe-se que os povos do campo e das florestas foram excluídos desse processo. No entanto, a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Constituição Federal de 1988 reconhecem e reafirmam a obrigatoriedade da educação para todos os cidadãos do país, incluindo os jovens e adultos do campo.

Hoje, constatamos que muitas Leis e Diretrizes foram publicadas no sentido de ampliar o acesso a escolarização, principalmente no que diz respeito à educação básica do campo. Foram e continuam sendo documentos importantes, uma vez que se tornam uma garantia de acesso ao ensino regular obrigatório.

Merecem destaque especial as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução nº 1, de 3 de Abril de 2002”. “Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008” e principalmente a Lei nº 11.692, de 10 de Junho de 2008 que institui o Programa Projovem Campo Saberes da Terra como política pública.

Foram essas Diretrizes e Leis que garantiram aos 166 jovens e adultos do campo do município de Abaetetuba ingresso no ensino fundamental atrelado a qualificação profissional na perspectiva da agricultura familiar, buscando valorizar a vida e o trabalho dos sujeitos do campo. Os beneficiados do Programa se sentem satisfeitos ao que está sendo proporcionado a eles. Como é notório no próprio discurso dos jovens e adultos que fazem parte do Programa. Nesse sentido, o Projovem tem conseguido alcançar o seu principal objetivo, ou seja, a inclusão social e ao mesmo tempo uma escolarização com qualificação profissional que é a essência do Programa.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.**

Resolução nº 1, de 3 de Abril de 2002.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.** Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008a.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB-9394\96)**, Brasília (DF), 1996.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.692, de 10 de Junho de 2008.** Brasília:2008b.

\_\_\_\_\_. **Projeto Político Pedagógico:** Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos Integrada com qualificação Social e Profissional para Agricultores (as) familiares. Brasília, 2010.

CAFÉ et al. Juventude do Campo e Educação: múltiplos olhares e possibilidades. In: **Cadernos de Textos: contribuição para o debate. I Seminário Estadual de Juventude do Campo**, Belém, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves; MOROZ, Melania. **O processo de pesquisa: iniciação.** Brasília: Plano Editora, 2002.

LAFFIN, M. H. L. F. A Constituição da Docência na Educação de Jovens e Adultos. In: **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, pp. 210-228, jan/abr 2012.

LOUREIRO, V. R. Educação e Sociedade na Amazônia em mais de meio Século. **Revista Cocar**, V. 01, Nº 1, p. 17-45, jan\jun, 2007.

PEREIRA, R. C. Sexo, Casamento e Família: o cotidiano da juventude do campo de Abaetetuba/Pará. **Revista Interdisciplinar da Divisão de Pesquisa e Pós - Graduação do Campus Universitário de Abaetetuba/Baixo Tocantins/UFPA.** v. 8. n. 11/Ago/2014.

SILVA, G. P. Magistério da Terra: O desafio para a construção de uma nova metodologia para a educação do campo. In: SILVA, G. P.; CANALI, H. H. B.; RODRIGUES, D. S.; ARAÚJO, M. N. C. (Orgs). 2007. **Educação do Campo na Amazônia: Uma experiência.** Edufpa, Belém.

*Recebido em: 21/08/2014.*

*Aprovado em: 05/11/2015.*